

MATTOS, Augusto Oliveira. *Guarda Negra: a Redemptora e o ocaso do Império*. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009. 123p.

## **Artífices de sua própria história: a Guarda Negra da Redemptora como espaço de construção de identidades e exercício da cidadania**

Fabiana Francisca Macena \*

É visível, nos últimos anos, um novo direcionamento na historiografia dedicada à escravidão e à abolição. Recusando análises que identifiquem homens e mulheres escravizados apenas como vítimas passivas do sistema escravista, muitos historiadores/as, influenciados, principalmente, mas não exclusivamente, pelos trabalhos de Edward Palmer Thompson e pela “história vista de baixo”, tem priorizado em suas pesquisas novos temas e problemas. Nessas análises, é de fundamental importância conceitos como o de “resistência” e de “autonomia escrava”, que permitem compreender os grupos escravos como agentes transformadores do sistema escravista.<sup>1</sup> Nesse sentido, são trabalhos que ressaltam as estratégias, as lutas, as escolhas, enfim, a participação direta desses escravos/as na busca de sua liberdade e na construção de sua própria história.

É por tal caminho que trilha o trabalho do historiador Augusto Oliveira Mattos, *Guarda Negra: a Redemptora e o ocaso do Império*, publicado pela Hinterlândia Editorial. Resultado de sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília, a pesquisa está centrada na atuação e na composição da Guarda Negra, criada em 1888 por ex-escravos e intelectuais negros que juraram lealdade e prometeram zelar pela vida da *Redemptora*, a Princesa Isabel.

Mais do que proteger a Princesa e provar a gratidão daqueles que foram libertos pela Lei Áurea de 1888, Mattos percebe a Guarda Negra enquanto uma via de acesso e exercício de cidadania para esses indivíduos, muitas vezes excluídos pela sociedade do século XIX. Tratava-se, portanto, para o autor, de uma forma de resistência e inserção em tal sociedade, mesmo que de maneira limitada, que possibilitava a criação de laços de solidariedade e amizade entre aqueles que se consideravam iguais. Enfim, um espaço fundamental para a construção de identidades.

---

\* Doutoranda em História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB). Contato: [fabianamacena@yahoo.com.br](mailto:fabianamacena@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o debate acerca destes conceitos e dos novos direcionamentos da historiografia da escravidão, ver o artigo: MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v.08, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988.

Nesse esforço em desvelar a organização e o arranjo de tal grupo, o autor inicia sua análise pela própria Princesa Isabel, foco da proteção da Guarda Negra. Intitulado “Das camélias do Leblon à Rosa de Ouro: as representações de Isabel no contexto do abolicionismo”, o capítulo procura salientar as imagens construídas, no final do século XIX, principalmente pela imprensa, sobre a Regente e sua atuação política, inclusive em prol do abolicionismo. Embora tenha sido considerada por muitos como incapaz de assumir o trono e de lidar com a coisa pública, Mattos evidencia que entre alguns grupos era corrente a ideia de que a Princesa teria sido a principal responsável pelo fim da escravidão – e por isso o título de *Redemptora*. Nessa associação entre Isabel e a abolição, o autor percebe o projeto de criar um ambiente favorável e uma base de apoio para sua ascensão ao trono, ou seja, a possibilidade de estabelecer um Terceiro Reinado. Uma tentativa de aproximação entre os libertos e a monarquia, como pode ser percebido na própria Guarda Negra.

Em “A sociedade negregada: racismo à flor da pele e sectarismo social no fenecer do Império”, Augusto Mattos privilegia os protagonistas dessa história: os/as negros/as e suas formas de organização, suas manifestações culturais, suas maneiras de resistência em uma sociedade que os menosprezava, lhes era hostil e os considerava uma “classe perigosa”. Aqui tem destaque as irmandades e maltas de capoeiras, grupos que possibilitavam a esses indivíduos, segundo o autor, a manutenção de determinadas tradições culturais. Todavia, Mattos evidencia que, mesmo com a abolição da escravidão, os/as negros/as não tiveram acesso a uma série de oportunidades, o que criou a possibilidade de “articular uma série de mecanismos para a defesa de seus interesses”. Para ele, o mais importante foi a Guarda Negra.

Por fim, “Da espontaneidade à ação política: a Guarda Negra da Redemptora e a defesa do Terceiro Reinado”, Mattos faz a leitura da Guarda Negra enquanto uma “organização pronta para defender o continuísmo monárquico”, composta por alforriados, intelectuais negros, como José do Patrocínio, e também com apoio de alguns membros da elite branca. Questionando interpretações historiográficas que vêem a Guarda Negra enquanto um grupo de ex-escravos manipulados por monarquistas que pretendiam conter o avanço do republicanismo, o autor problematiza tal passividade e sugere entender a formação do grupo como resposta as necessidades de uma camada negra marginalizada. Um grupo politizado, um espaço de legitimação das aspirações negras, com ações diversificadas.

Utilizando-se de jornais de época, Anais do Senado e da Câmara, correspondências pessoais, coletânea de artigos de abolicionistas, coleção de leis do Império e uma vasta bibliografia sobre o tema, Augusto Oliveira Mattos consegue evidenciar que, mais do que

dotada de sentimento de gratidão à Princesa Isabel e o compromisso em defender o Terceiro Reinado, a Guarda Negra foi um espaço que permitiu a um grupo de indivíduos serem sujeitos de sua própria história.